

CELSO FURTADO E THORSTEIN VEBLÉN: A INFLUÊNCIA DA ECONOMIA INSTITUCIONAL NA TEORIA FURTADIANA

João Paulo Carvalho ¹
Tatiana Figueiredo Breviglieri ²
Sebastião Neto Ribeiro Guedes ³

RESUMO

Analisando as obras de Celso Furtado pode-se identificar similaridades em termos de abordagem e conteúdo em relação àqueles expostos nas teorias de Thorstein Veblen, o que induz a pensar que o último, em alguma medida, influenciou no desenvolvimento dos escritos do primeiro. Contudo, na literatura, estudos que buscam evidenciar tal influência são escassos, pelo menos quando se procura convergências de pensamentos entre estes autores. Sendo assim, este estudo tem o objetivo de identificar alguns pontos de aproximação da abordagem de Celso Furtado com os estudos de Thorstein Veblen, bem como analisar seu significado. Para isso, foi feita uma revisão da literatura, tendo como foco os conceitos e a leitura do processo de desenvolvimento econômico de Furtado, em particular da América Latina, que possuem relações teóricas com a noção de consumo conspícuo, elaborada por Veblen. Conclui-se que a abordagem furtadiana sobre consumo mimético das elites periféricas bebeu da fonte do arcabouço teórico de Veblen, uma vez que é possível entender que o consumo das classes abastadas molda as engrenagens socioeconômicas das sociedades, causando gargalos estruturais, como é o caso do Brasil e de outras nações da América Latina.

Palavras-Chave: Celso Furtado. Thorstein Veblen. Consumo. Desenvolvimento.

ABSTRACT

Analyzing the works of Celso Furtado, one can verify thoughts similar to those exposed in the theories of Thorstein Veblen, which leads us to think that the latter, to some extent, influenced the development of the writings of the former. However, in the literature, studies that seek to evidence such influence are scarce, at least when looking for convergences of thoughts among these authors. Therefore, this study aims to link some points of approximation between Celso Furtado's approach and Thorstein Veblen's studies. For this, a literature review was carried out, focusing on the concepts, and reading of Furtado's economic development process, particularly in Latin America, which have theoretical relationships with the notion of conspicuous consumption, elaborated by Veblen. It is concluded that the Furtadian approach to mimetic consumption of peripheral elites drew from the source of Veblen's theoretical framework, since it is possible to understand that the consumption of the wealthy classes shapes the socioeconomic gears of societies, causing structural bottlenecks, such as this is the case of Brazil and other Latin American nations.

Keywords: Celso Furtado. Thorstein Veblen. Consumption. Development.

CLASSIFICAÇÃO JEL: B15; N93; O1

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Economia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). E-mail: joao.p.carvalho@unesp.br

² Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Economia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). E-mail: tatiana.breviglieri@unesp.br

³ Professor do Programa de Pós-graduação em Economia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). E-mail: sebastiao.guedes@unesp.br

1 Introdução

O presente artigo busca evidenciar alguns elementos do institucionalismo original vebleniano que podem ter influenciado nas teorias de Celso Furtado e os escritos da dinâmica de desenvolvimento de países periféricos. Em seus estudos, Furtado discute as especificidades dos países subdesenvolvidos com base no estruturalismo econômico latino-americano, que acreditamos possui pontos de convergência com a escola institucional de Veblen⁴, principalmente em relação aos aspectos da estratificação da estrutura social da periferia, dos meios de produção e do consumo das elites dominantes.

Para isso, busca-se na base das ideias veblenianas, a partir da dinâmica das classes superiores e seu consumo conspícuo, como tais processos se definem nos padrões de consumo e de produção para as economias periféricas, desenvolvidas por Furtado. Tal sistema evidencia no contraste entre os polos sociais a desigualdade dos níveis de renda real médio e das estruturas produtivas e ocupacionais. Esse tipo de análise centrada nas estruturas foi um marco notório da teoria do subdesenvolvimento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)⁵, com contribuições de Furtado, onde se destaca que "a mudança estrutural sempre esteve no centro da teoria do desenvolvimento" (CEPAL, 2012, p. 14).

A economia institucional se apresenta em distintos períodos⁶, dentre eles, a antiga economia institucional, ou, como alguns autores colocam, a economia institucional original. Tal escola de pensamento foi grandemente fundamentada pelos escritos teóricos de Thorstein Veblen (1857-1929). Devido suas contribuições para o campo econômico, Veblen é considerado um proeminente economista norte americano da virada do século XIX ao XX. Suas ideias trouxeram ao pensamento econômico uma nova abordagem e maneira de ver os problemas enfrentados por sua nação na época, opondo-se à ortodoxia tradicional da Economia (CAVALCANTE, 2014, p. 375-377).

Do outro lado, temos os ideais estruturalistas de Celso Furtado (1920-2004). Sobre seu arcabouço teórico, pode-se dizer que Furtado conseguiu antecipar em algumas décadas a inclusão da questão cultural como elemento importante para a análise econômica atual e do comportamento das elites econômicas. Se hoje as questões relacionadas ao desenvolvimento ou ao subdesenvolvimento,

⁴ Importante ressaltar que não é consenso entre os estudiosos sobre o tema que Veblen pertença a escola institucional original. De fato, seu arcabouço teórico foi herdado pelos autores dessa escola, mas há divergências quanto ao fato de Veblen ser um membro da escola.

⁵ A CEPAL é uma agência de desenvolvimento da América Latina e Caribe pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU). Foi fundada em 1948 com o intuito principal de fomentar o desenvolvimento econômico nessas regiões. Celso Furtado foi um dos seus principais expoentes, tendo sua teoria estruturalista vinculada ao pensamento cepalino.

⁶ Podemos considerar escolas institucionais a matriz da escola institucional, conhecida por diversos autores como a antiga economia institucional; a Nova Economia Institucional (NEI) – que ganhou espaço no debate econômico principalmente a partir da década de 1970 – e o Neoinstitucionalismo – que tem sua maior representação no famoso estudo de Nelson e Winter (1982). Nesse artigo nos atentaremos apenas a antiga economia institucional do final do século XIX e início do século XX, para focarmos nas heranças veblenianas que essa escola adotou.

são mais amplamente debatidas, indiscutivelmente isso se deve à sua militância, insistência e desenvolvimento intelectual⁷. Lendo seus escritos, é evidenciado que um dos objetivos centrais do estruturalismo econômico latino-americano seria o de compreender o desenvolvimento dos países periféricos, como o Brasil, buscando identificar e analisar o funcionamento da dinâmica de acumulação de capital nos países subdesenvolvidos e sua relação com o centro do sistema capitalista. Essa perspectiva se destacou na medida em que Furtado descrevia os mecanismos de reprodução material da sociedade e a sua tendência à diferenciação em relação aos países centrais, ao apontar que o desenvolvimento não era uma consequência de um processo “etapista” no qual todos os países deveriam transitar.

O presente trabalho tem como objetivo central selecionar e apresentar as principais ideias presentes nos estudos de Veblen que podem ter sido herdados pelo estruturalismo econômico latino-americano de Celso Furtado da década de 1950 e 1960. Com isso, buscamos estabelecer um paralelo entre os dois arcabouços teóricos, que se evidencia principalmente na leitura da dinâmica das classes abastadas. Almejamos, dessa forma, analisar os aspectos de conformação da estrutura social que se encontram presentes na obra estruturalista furtadiana através do consumo das elites, que foi modelador dos gargalos socioeconômicos nas economias periféricas – em especial, falamos do Brasil. Nesse sentido, visamos identificar uma estrutura analítica aderente à abordagem estruturalista, denotando como os fatores sociais têm papel central na dinâmica de reprodução periférica. Para tanto, assumimos que o enfoque de Veblen sobre a conformação da estrutura social a partir de hábitos e instituições está presente nessa análise furtadiana: a ideia de que a dinâmica social tem impacto direto no regime de acumulação de capital, em um processo de causalidade cumulativa que perpetua (e reforça) as características econômicas e sociais da periferia.

Nossa hipótese é de que as ideias de Furtado aderem o institucionalismo vebleriano na medida em que os aspectos sociais estão intrinsecamente ligados à reprodução e perpetuação do processo de acumulação de capital. Sendo assim, procuramos mostrar que as contribuições veblerianas ressaltam que os aspectos materiais, físicos e tecnológicos são reforçados por questões sociais e culturais que se consolidam dentro do arcabouço institucional (explícito e tácito) no sentido de perpetuar a diferenciação econômica e social nas sociedades. Em outros termos, entendemos que a “estrutura produtiva” é diretamente influenciada pelas mediações sociais, políticas e econômicas, que delineiam a forma de pensar da sociedade – forma essa moldada pelos interesses das camadas superiores. No

⁷ A importância de sua produção intelectual é tamanha, sobretudo para a formação do pensamento econômico brasileiro e latino-americano, que alguns consideram o fato dele não ter sido laureado com o Prêmio Nobel de Economia uma das maiores injustiças proporcionadas pelo mundo acadêmico (Machado, 2020).

intuito de desenvolver essa hipótese, identificamos aspectos da abordagem vebleniana que aprofundam a compreensão sobre as especificidades periféricas e analisamos sua contribuição em relação às concepções estruturalistas.

O elo de convergência entre as ideias institucionais e estruturalistas aqui expostas é dado pela relação entre o “efeito-demonstração” de Furtado e a concepção vebleniana de “emulação”, que se consubstanciam no consumo conspícuo – e mimético – da elite periférica. A temática proposta, ainda que ambiciosa, ajuda a revelar importantes mediações teóricas que ainda não foram exploradas de maneira intensa.

Analisamos primeiramente o estruturalismo latino-americano, identificando os eixos centrais do processo de acumulação de capital da periferia. Em seguida, apresentamos as contribuições do institucionalismo vebleniano, que mostra como os hábitos de pensamento das elites formam instituições fortes e enraizadas na sociedade, capazes de ditar sua dinâmica socioeconômica – como é visto em Furtado através do consumo mimético. Tendo isso em vista, notamos que, dentro do marco teórico estruturalista, existem elementos que tratam da importância dos aspectos sociais para delimitar a lógica de reprodução do sistema periférico.

Este artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na primeira apresentamos uma síntese do pensamento vebleniano, vinculado à matriz da escola institucionalista. Essa, por sua vez, influenciada pelo próprio Veblen. Na segunda, identificamos os principais pontos da dinâmica de acumulação de capital de acordo com a abordagem estruturalista. Em seguida, procuramos estabelecer a conexão entre as duas abordagens a partir da exploração de conceitos-chave em ambas as correntes. Por fim, são tecidas algumas considerações sobre o tema.

2. A obra de Veblen

A obra de Veblen proporcionou o que muitos autores chamam de uma verdadeira revolução no pensamento econômico acadêmico, esse que era tradicionalmente clássico, a partir de Veblen, passou a ser questionado e criticado⁸. Suas ideias, elaboradas a partir de uma abordagem evolucionária da economia com a introdução de conceitos biológicos e de uma análise baseada na abordagem

⁸ No entanto, Veblen é um autor que sofre marginalização pois sua obra nunca foi de fácil apreensão pelos economistas e por este motivo é difícil encontrar trabalhos com expressão direta dos escritos dele. Geralmente nas universidades Veblen é abordado a partir de resumos de professores, ficando desta forma bastante vaga a teoria econômica por ele apresentada. Além disso, algumas críticas são feitas aos antigos institucionalistas, que se baseiam no fato de que os autores da antiga escola institucional não encontraram uma teoria normativa para dar sustentação as suas oposições ao *mainstream* que visasse a substituição da ortodoxia tradicional, como apontou Langlois (2000). Esses autores foram questionados por serem demasiadamente empíricos.

psicológica, através de Psicologia dos Instintos de William James, enriqueceram muito o pensamento econômico⁹.

Veblen em seu famoso artigo do final do século XIX, “*Why is Economics not an Evolutionary Science?*”, explica que a teoria econômica se encontra em um estágio de pré-ciência, na medida em que ela carece de uma explicação evolucionária. O autor buscou esclarecer que os processos sociais são dinâmicos, e não estáticos como propunha a corrente ortodoxa da época. Veblen explicou que todas as relações humanas são pautadas na história da vida econômica, isto é, a economia pauta todas as relações sociais. Para entender como o indivíduo se comporta dentro do contexto social é preciso entender como ele se comporta no contexto econômico e, sendo a economia um processo evolucionário, o indivíduo não é definitivo, isto é, ele passa por processos de aprendizagem e transformação (VEBLEN, 1898).

A ciência evolucionária, na qual os fenômenos apresentam passado e futuro, é trazida por economistas da biologia. Como a seleção natural de Darwin¹⁰, os processos de seleção e transmissão de caracteres sociais garantem a emergência daquelas instituições mais adaptadas ao contexto econômico e social. Contudo, são nas ideias lamarckianas que as ciências sociais encontram seu elo mais contundente. Nos fenômenos sociais, não existe aleatoriedade. Assim como no exemplo clássico dos pescoços das girafas, as rotinas das firmas vão sendo transmitidas por aprendizado através do processo de tentativa e erro. Tal processo, tão importante para a visão evolucionária da economia, é o que gera aprendizado e é utilizado para o desenvolvimento de novas tecnologias. Para os antigos institucionalistas, as instituições, dessa forma, apresentam o *locus* principal nos processos de conservação e mudança econômica, como explica Guedes (2013). Pode-se dizer que a admissão de um processo evolucionário para a economia é um dos principais elos de todas as escolas institucionais.

O rompimento com as limitações individuais e teleológicas da economia é uma das principais características dos antigos institucionalistas: as relações causais devem ser compreendidas para esses teóricos. A ciência evolucionária, da qual Veblen busca incorporar à análise dos fenômenos econômicos, está focada na avaliação de causa e consequência, e não em uma ideia teleológica onde a finalidade é soberana. O que interessa é o processo, e o resultado desse processo não é necessariamente conhecido. Sendo assim, há um processo de aprendizagem coletiva dos indivíduos.

⁹ Um exemplo de sua importância pode ser verificado na bolsa de valores, onde as variações condizem exatamente com as mudanças ocasionadas por eventos específicos no comportamento do ser humano e estas mudanças dizem respeito aos padrões formados de pensamento, onde alguns serão mais arrojados e outros avessos ao risco, o que é explicado por Veblen também em seu capítulo sobre crença na sorte.

¹⁰ Os trabalhos de Veblen são retomados por economistas que consolidaram mais tarde uma teoria evolucionária, como Nelson e Winter (1982). Esses autores foram responsáveis por incorporar as ideias da biologia à análise econômica formando uma teoria evolucionária dos fenômenos econômicos e sociais, sendo dois dos principais autores do Neoinstitucionalismo. No presente artigo iremos nos atentar apenas ao antigo institucionalismo americano do final do século XIX e início do século XX – matriz da escola institucional, escola que herda as principais ideias de Veblen.

Veblen (1898), portanto, argumenta que as ações dos indivíduos são impregnadas pelas ideias adquiridas. Em outras palavras, os agentes possuem heranças da forma de pensar e agir de seus pais e da cultura que os permeia, tratando-se tudo de um processo evolucionário, e não de um processo estático e definitivo, onde os atores sabem exatamente onde irão chegar no final de cada processo.

Relacionado ao fato de que a corrente principal da Economia carece de um processo evolucionário, Veblen (1898) explicou que os indivíduos são movidos por seus instintos¹¹. Sendo as instituições influenciadas e influentes nos instintos dos indivíduos, Cavalcante (2014) explica que essas são concebidas a partir da evolução do contexto econômico e social dos agentes, sendo os hábitos de pensamento dos indivíduos os responsáveis por dar continuidade ao modo de vida conectado com o ambiente que os indivíduos estão inseridos. São os hábitos de pensamento, portanto, que se solidificam nas instituições e se mantêm pela reprodução dos indivíduos. Em outras palavras, para Veblen, as instituições, isto é, os hábitos de pensamento, refletem os desejos da classe dominante e são reproduzidos através das gerações.

Veblen estava preocupado com o ambiente material, isto é, onde as ações são realizadas e influenciam esse ambiente: trata-se do contexto econômico. Os indivíduos estabelecem suas relações de acordo com o contexto econômico e influenciam o contexto cultural e as ideias que permeiam o ambiente material. Sendo o contexto econômico o capitalismo, esse influenciará a cultura, as relações sentimentais, e, dessa forma, o comportamento dos agentes – sendo o interesse econômico o principal elo de consolidação das instituições na sociedade.

Nessa direção, Veblen (1898) buscou mostrar que em uma teoria evolucionária não há espaço para a sustentação de leis naturais e ideias definitivas em relação ao comportamento humano e funcionamento dos mercados. Tudo faz parte de um processo cumulativo, e as instituições, traduzidas em hábitos de pensamento, são fruto de um processo de aprendizado passado.

A ciência evolucionária sugerida por Veblen opunha-se à teoria ortodoxa, propondo uma explicação envolvendo cadeias de causa e efeito, em lugar de uma teorização ortodoxa, não evolucionária, que explicaria os fenômenos econômicos em termos de algum propósito. Essa teleologia implicada na ciência não evolucionária foi denominada por Veblen como animismo. Esse modo de entender o mundo econômico levaria a outro problema da ciência não evolucionária, a taxonomia, numa construção teórica baseada na dedução de fenômenos econômicos a partir de postulados gerais como “homem econômico” e “competição perfeita”. Ligado a esses dois problemas está o que Veblen denominou como hedonismo, uma forma peculiar da ciência evolucionária entender o homem, o agente econômico, que o definiria como um sujeito capaz de realizar todos os cálculos necessários à maximização do prazer e/ou à minimização da dor. (CAVALCANTE, 2014, p. 376-377)

¹¹ São eles: o instinto de artesanato (a valorização do trabalho produtivo), o instinto familiar e o instinto de curiosidade. Contudo, mais importante que os instintos, seriam as instituições que seriam capazes de ganhar autonomia em relação aos instintos dos indivíduos e seriam responsáveis também por moldar esses instintos (Cavalcante, p. 377, 2014).

A antiga economia institucional surgiu com o propósito de romper com a ortodoxia econômica ao mostrar que os indivíduos, assim como os fenômenos econômicos, não são passivos e definitivos, mas estão inseridos em processos cumulativos de aprendizado através do tempo.

Dessa forma, conforme exposto nessa seção, Veblen caracterizava as instituições como hábitos mentais que estão enraizados na sociedade. Interessante ressaltar, portanto, que esses hábitos de pensamento são forjados pelos interesses das classes dominantes. É o interesse econômico que permeia as relações entre os indivíduos e estabelece os hábitos de pensamento que estão fortemente disseminados na sociedade. Na visão desse autor, as instituições, isto é, os hábitos de pensamento enraizados entre os indivíduos são passados de geração em geração, sendo difíceis de serem superados. Aqui, vemos um importante paralelo com a teoria furtadiana, da qual enxergamos heranças veblenianas notáveis: a cultura mimética das elites impostas à dinâmica econômica da sociedade periférica agarra-se em hábitos de pensamento enraizados na sociedade que são ditados pelas classes abastadas. O modo de pensar, de viver e consumir das elites moldam toda uma cultura e uma dinâmica socioeconômica de uma sociedade. Veblen nos apontou isso.

2.1. Veblen e a teoria da classe ociosa (1899)

Em relação aos objetivos previstos para o presente artigo, iremos apresentar uma das principais contribuições teóricas de Veblen que possibilita a notoriedade do vínculo das duas teorias estudadas nesse trabalho: o arcabouço teórico furtadiano e vebleniano. Em “A Teoria da Classe Ociosa” de 1899, Veblen mostrava a preocupação em caracterizar como uma certa classe social se comportava: a classe ociosa. A importância do olhar para essa elite se dava na interpretação que Veblen tinha da sociedade: o que a classe ociosa consome e como ela se comporta molda o esquema de vida predominante em toda a sociedade. Em outras palavras, para esse autor, as classes superiores apresentam um protagonismo no estabelecimento das dinâmicas sociais e econômicas, por isso, compreender como a classe ociosa pensa e age é de fundamental interesse para Veblen. E como seria, então, a definição dessa elite tão estudada por esse autor, a classe ociosa?

A classe ociosa é caracterizada principalmente por ser usuária do excedente econômico da sociedade que ela própria não criou. Veblen, dessa forma, mostrou a natureza parasitária e conservadora da classe ociosa, que conta com as instituições para sua permanência e perpetuação. Veblen coloca sua ênfase nas relações de poder, status e legitimidade das classes ociosas e de sua estrutura de classe da sociedade capitalista. O consumo – elemento fundamental para o entendimento da dinâmica socioeconômica da classe ociosa – não é visto facilmente como óbvio, diferentemente da racionalidade da teoria ortodoxa. O consumo está em faces ocultas do indivíduo, sendo, dessa forma, o homem, para Veblen, aquele da convenção e da afetação social, e não o da razão.

Uma das principais expressões da classe ociosa era que ela não se envolvia nas atividades industriais produtivas. Contudo, isso não significava, para esse autor, que se tratava de uma classe inativa, ou meramente preguiçosa. A classe ociosa tinha desprezo às atividades produtivas e sua dedicação era justamente à de evitar fazer parte de qualquer uma dessas atividades. Entre as atividades que os indivíduos pertencentes a essa classe praticavam estavam a política, as forças armadas, o clero e os esportes¹².

Veblen buscou entender o contraste de uma sociedade capitalista que valoriza o trabalho produtivo – instinto de artesanato – e a produção em massa, e que ao mesmo tempo perpetua o esquema de vida da classe ociosa. Esse autor mostrou que a força da inércia das instituições da classe ociosa, enraizadas na sociedade, têm poder de influenciar profundamente o sistema capitalista e minar seu potencial produtivo.

Importante ressaltar que Veblen pautou seu olhar para os fenômenos econômicos a partir da abundância. Veblen explica que no estágio pré-civilizatório da humanidade, não havia propriedade privada, dessa forma, não eram notáveis conflitos de grandes proporções entre os indivíduos. A geração da riqueza excedente permitiu que se instituisse a propriedade privada e, com ela, o advento de conflitos entre os indivíduos e grupos de indivíduos. Nesse sentido, a classe ociosa e a propriedade privada são subproduto da abundância e não da escassez, como é para outros autores¹³. Para Veblen, é a abundância que permite que os indivíduos se apropriem do excedente econômico e o tornem seu. Importante pontuar que esse fato não é derivado da poupança: para Veblen, distinção social da classe ociosa é o consumo e não a poupança. Em outras palavras, a classe ociosa não exerce a poupança – ela é predatória, ela preda o excedente que não produz e o torna seu.

Dois conceitos muito importantes para entender o arcabouço teórico de Veblen em relação a classe ociosa são o ócio conspícuo e o consumo conspícuo. Começamos pelo primeiro. O autor argumenta que não se trata de ócio a preguiça, a indolência ou a mera inatividade. O ócio, para a teoria vebleriana, é o tempo gasto em atividade não produtiva. Alguns pontos interessantes são destacados em sua obra: a classe ociosa ostenta alguns símbolos que demonstram a negação da atividade produtiva. São eles: vestimentas desconfortáveis que impossibilitam a prática de atividade produtiva e impedem o trabalho manual tais como cartola, bengala, espartilho, terno e salto alto; a presença de serviços especializados, geralmente de pouca utilidade e contratados para ostentar; a erudição, a etiqueta, o bom gosto, as coleções, entre outros.

¹² No capitalismo moderno, pode-se identificar também os acionistas e donos das indústrias.

¹³ Um importante autor da antiga economia institucional é John Commons, que, apesar de discípulo de Veblen, pauta seu olhar sobre os fenômenos econômicos e sociais a partir da escassez. Commons argumenta que os conflitos estão relacionados diretamente com a escassez de recursos. É a escassez de recursos que gera os conflitos entre os indivíduos o fato que está na base da existência da importância das instituições para esse autor: a necessidade da ação coletiva no controle da ação individual.

Todos esses itens procuram esbanjar a disponibilidade de tempo gasto na aquisição de habilidades cerimoniais e inúteis – para efeitos práticos. Nesse sentido, diretamente relacionado ao ócio conspícuo temos o consumo conspícuo. O consumo conspícuo, para Veblen, se trata da aquisição de bens e serviços sem função ou serventia prática. Sendo eles objetos como joias e adereços, mobiliário, obras de arte, coleções, alimentos e bebidas, além do estilo de vida exibicionista: festas exuberantes, corrida de cavalo, caça etc. Para exemplificar a simbologia que expressa a classe ociosa podemos pensar sobre a aquisição de mansões e castelos, que são desnecessários para o uso prático, mas expressa elevado poder pecuniário, tanto pelo seu estoque de riqueza ali depositado como para o fluxo de renda e tempo necessário gasto para mantê-los¹⁴.

Importante ressaltar, para nossos objetivos de pesquisa, que são os interesses o modo de vida dessa classe ociosa, para Veblen, que moldam a dinâmica socioeconômica da sociedade e enraízam seus “princípios” através das instituições – essas, para Veblen, definidas como os hábitos de pensamento das classes dominantes, isto é, da classe ociosa. Em outras palavras, a classe ociosa define os cânones de respeitabilidade, decência e padrões de consumo de toda a sociedade.

A classe ociosa está no topo da estrutura social em matéria de consideração; e seu modo de vida, mais os seus padrões de valor, proporcionam à comunidade as normas da boa reputação. A observância desses padrões, em certa medida, torna-se também incumbência de todas as classes inferiores da escala. Nas modernas comunidades civilizadas, as linhas de demarcação entre as classes sociais se tornam vagas e transitórias, e, onde é que isso ocorra, a norma da boa reputação imposta pela classe superior estende a sua influência coercitiva, com ligeiros entraves, por toda a estrutura social, até atingir as camadas mais baixas. O resultado é os membros de cada camada aceitarem como ideal de decência o esquema de vida em voga na camada mais alta logo acima dela, ou dirigirem as suas energias a fim de viverem segundo aquele ideal. Sob pena de perder o bom nome e respeito próprio em caso de fracasso, devem eles, pelo menos na aparência, conformar-se com o código aceito” (VEBLEN, 1899, p. 41).

Pode-se notar que a teoria de Veblen aponta como testemunho do declínio da ética do trabalho – há uma recusa do papel da ética do capitalismo do século XIX. Na sociedade estudada pelo autor, não é o trabalho que está entre os valores sociais honrados pelos indivíduos, mas a riqueza, essa, de preferência, não resultante do trabalho produtivo. A demonstração invejosa e a ostentação da riqueza são a mais pura demonstração de status social e de valorização pessoal. Vejamos, nas próximas seções, como essa análise da dinâmica da classe ociosa em exercer o consumo conspícuo e a ostentação da riqueza é herdada na análise furtadiana para entender o funcionamento das elites periféricas e por consequência dos aspectos sociais que estruturam da periferia do sistema capitalista.

¹⁴ Além disso, Veblen expõe outra face do comportamento da classe ociosa: mas manifestações do temperamento predatório. Os integrantes da classe ociosa valorizam a força, a ferocidade e astúcia, a propensão para a luta, belicismo além de espírito marcial, patriotismo. Em outras palavras, os “bem-nascidos” (p. 112), como coloca o autor, têm o duelo como solução universal para as diferenças de opinião.

3. Desenvolvimento em Celso Furtado e o Estruturalismo econômico cepalino

Reconhecido e consagrado como um dos mais importantes economistas de sua geração, Celso Furtado manifestou desde cedo sua visão do desenvolvimento dos países, não como um processo limitado às variações econômicas, mas como parte de algo muito mais amplo (Szmrecsányi, 2001). Focando na realidade brasileira – e em particular da região Nordeste, devido sua origem – Furtado procurou observar a dinâmica nacional por meio do entendimento racional proporcionado pelas ciências de um modo geral (a histórica, a econômica, a política, a social etc.) como parte inicial do projeto de mudança, entendida sempre como um desejo de constante aperfeiçoamento. Seus trabalhos influenciaram e foram influenciados fortemente pelo estruturalismo cepalino.

A definição de Bielschowsky para o conceito cepalino é que “o estruturalismo é essencialmente um enfoque orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas, que se presta mais ao método ‘indutivo’ do que a uma ‘heurística positiva’” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 21),

Desta forma, o pensamento estruturalista de Furtado associado ao pensamento da CEPAL assinala que o processo histórico que conduziu ao desenvolvimento dos países do centro do sistema capitalista engendrou seu revés: o estabelecimento de países imersos no sistema, mas que não atingiram o mesmo nível de desenvolvimento que aqueles pioneiros no processo de industrialização.

Para Furtado, a dinâmica do capitalismo gera o desenvolvimento no seu centro difusor, contudo, os países fora do centro, ou seja, de regiões periféricas, acabaram sendo irradiadas por esse dinamismo o que se estabeleceu outro processo, com forma e efeitos diferentes. Furtado define que essa falta de desenvolvimento nos países à margem do centro capitalista, mas complementares à realização do sistema, se denomina subdesenvolvimento.

Em seu relato, Cepêda (2008) descreve que:

A interpretação do Brasil formulada por Celso Furtado conecta economia e sociedade de uma maneira inédita no pensamento social brasileiro. Possui uma originalidade e uma força teórica que advém da intersecção proposta entre desajustes econômicos e desajustes sociais, entre atraso e modernidade, itens que predominavam na agenda do debate nacional desde o início do século [XX], porém tratados isoladamente. A concepção do subdesenvolvimento dava nova resposta à sensação de sermos “[...] desterrados em nossa própria terra” (HOLANDA, 1993, p. 3), realizando uma inversão explicativa – não éramos diferentes, insuficientes ou atrasados por conta de uma falha em nosso caráter nacional. Ao contrário, éramos parte de um desenho histórico estruturado e sistêmico – o quadro das formações tardias, que Furtado denomina também de capitalismo bastardo, e que de alguma forma previa e exigia que algumas nações no concerto mundial permanecessem nesse estágio. Nossos problemas eram nacionais, porém nem tanto (CEPÊDA, 2008, p. 50).

Desenvolvimento e subdesenvolvimento são, portanto, formações coetâneas que jamais podem ser entendidas como resultado de etapas a serem seguidas por todos, uma vez que tais processos

só se contemplaram para aqueles países pioneiros no processo de industrialização: como Furtado e seus seguidores colocam, os países localizados no centro do sistema capitalista – tais como os Estados Unidos e as principais economias europeias. Para os cepalinos da década de 1950 e 1960, da qual Furtado foi um dos principais expoentes, a concentração da renda e o subdesenvolvimento da periferia do sistema capitalista é explicado pela forma como essa periferia se inseriu na divisão internacional do trabalho. A periferia do sistema capitalista – dentro dela, a América Latina – em detrimento de uma indústria de maior complexidade tecnológica se especializou em produtos primários para a exportação, fato que criou uma dicotomia entre o consumo das elites dessa periferia, que buscavam imitar o consumo das elites dos países centrais, e a capacidade de produção desses países: uma produção especializada e arcaica que não condizia com o consumo mimético da elite nacional.

Celso Furtado não só destrinchou em suas obras o funcionamento dessa economia dual e geradora de desigualdades como negou a passividade das teorias da modernização que afirmavam que os países “em desenvolvimento” atingiriam o patamar do centro do sistema capitalista apenas seguindo os mesmos passos. O fato é que o subdesenvolvimento firma no Brasil e na América Latina suas bases nessa dinâmica centro-periferia: o excedente econômico gerado pela exportação dos produtos primários não fora destinado à economia interna dos países periféricos, mas sim utilizado pelas camadas superiores para reproduzir o consumo das economias centrais, consumo esse que não condizia com a capacidade produtiva e a renda per capita dessas regiões. A forma como se estabeleceu a dinâmica da acumulação de capital na periferia do sistema capitalista, portanto, sofreu forte influência de aspectos sociais e contribuiu para fomentar uma desigualdade estrutural, uma vez que foi estabelecida uma economia dual em detrimento de um projeto autônomo de interesse nacional de desenvolvimento – como foi o caso do Brasil.

Vale ressaltar que essa dinâmica permitiu a perpetuação de elites nacionais subordinadas às elites internacionais desde a colonização no país. Para Furtado, nossa industrialização dada pela substituição das importações foi segmentada em duas vias: uma, referente às atividades tradicionais relacionadas à exportação ou ao mercado interno, e outra referente ao setor modernizado do consumo imitativo das elites do país. Tratou-se, portanto, de uma industrialização retardada por via da modernização que implementou uma concorrência com as importações e não com a atividade produtiva preexistente. Nesse cenário, a dependência da periferia – no caso, o Brasil – foi alimentada com a introdução de novos produtos que demandavam novas tecnologias e dotações crescentes de capital. Pode-se colocar, de acordo com o pensamento de Furtado, que o avanço da industrialização no Brasil se deu de forma simultânea à concentração da renda, uma vez que o crescimento econômico dependia cada vez mais da apropriação do excedente pelas classes dominantes. As estruturas sociais e econômicas foram, assim, conforme explica Celso Furtado (1989, p.20), moldadas pelo exterior conforme à especialização do sistema produtivo e à introdução de novos padrões de consumo.

Nessa direção, pode-se afirmar que contrariando essa visão “etapista”¹⁵ do desenvolvimento econômico, Furtado mostra que desenvolvimento e subdesenvolvimento são situações históricas distintas, porém derivadas de um mesmo impulso inicial – faces de uma mesma dinâmica. Na visão furtadiana, o subdesenvolvimento é construído sobre um processo autônomo e heterogêneo de construção de uma estrutura histórica que resulta da forma como o progresso tecnológico que se espalha em nível internacional e decorre dos processos de difusão do sistema capitalista na periferia.

Toda economia subdesenvolvida é, portanto, necessariamente dependente e periférica, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência e um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial que impacta diretamente o estilo de vida nas sociedades.

Posto que o subdesenvolvimento surge de uma assimetria estrutural das relações centro-periferia capitalista, a sua tomada de consciência esclarece as limitações impostas à nação, ou região, pelo caráter da divisão internacional do trabalho existente, conforme apresentado acima. Vale ressaltar alguns pontos importantes que moldam essa dinâmica. O aumento da taxa de exploração dos países pobres e o uso do excedente econômico pelas elites desses países para financiamento de seu consumo mimético resulta em uma ruptura cultural que se manifesta através do processo de modernização da indústria da periferia. A orientação do crescimento econômico é dada em função dos interesses da elite mimética e “modernizada”, alimentando a engrenagem das desigualdades estruturais. Ao custo crescente da tecnologia requerida para acompanhar a produção local para o consumo mimético, contrasta uma indústria arcaica voltada para a exportação de produtos primários: esse cenário facilita a penetração das grandes empresas de ação internacional que contribuem para a dependência desses países periféricos ao centro do sistema capitalista.

Nesse caso, os países periféricos que dependem do país central são cada vez mais explorados, o que reforça cada vez mais esse vínculo entre dependência e exploração, tanto que se forma um ciclo de retroalimentação sistemático. Esse ciclo de dependência e exploração, em última análise, persiste em três dimensões: econômica, política e cultural. A dimensão econômica pode ser, por sua vez,

¹⁵ Tendo em vista o que já foi exposto, vale dar uma atenção maior a essa questão: essa visão “etapista” do desenvolvimento dos países explica que esse se dá por etapas, comuns a todos os países que desejam atingir seu desenvolvimento. Significa dizer que as economias desenvolvidas já estiveram no estágio que se encontram hoje as economias subdesenvolvidas. Essa tese foi desenvolvida por Walt Whitman Rostow em 1960. Críticos a essa teoria, como Celso Furtado, questionaram se seria possível as economias subdesenvolvidas atingirem as economias desenvolvidas estabelecendo o mesmo nível de consumo. O que esses autores encontraram é que tal tese apresenta um vício de origem, já que ignora as especificidades de cada país. O subdesenvolvimento é um tipo de desenvolvimento, e não uma etapa do desenvolvimento. Se nada for feito, o subdesenvolvimento é permanente. Em “O Mito do Desenvolvimento” Furtado (1974) explica que é um erro tratar o desenvolvimento das economias centrais como objetivo ideal para as economias periféricas. Para esse autor, o desenvolvimento dos países deve derivar da própria realidade dessas regiões.

subdividida em: comercial, financeira e tecnológica¹⁶. A dimensão política, por seu turno, tem na internacionalização dos centros de decisão a sua face mais visível.

Pressionados pelo ciclo de exploração e dependência, os países periféricos acabam se tornando excessivamente vulneráveis, o que faz com que muitas das decisões políticas adotadas não reflitam necessariamente o ponto de vista da maior parte de suas respectivas populações, mas um alinhamento de suas elites com os interesses internacionais. Tal fenômeno pode ser observado tanto na política interna como na política internacional, quando a posição desses países é fortemente influenciada pelos países centrais por ocasião de tomadas de decisão em organismos multilaterais como a ONU, a OMC ou o FMI (Brandão, 2008, p. 69). Já a esfera cultural que contribui para essa dependência, objeto de nosso estudo, será esmiuçada na próxima seção, através, principalmente, da análise do consumo mimético das elites periféricas.

Em suma, Brandão (2008, p. 69) expõe algumas das principais características da teoria de Furtado: o tratamento da economia pelo método-histórico-estrutural, opondo-se ao arcabouço teórico do *mainstream* da disciplina; a historicização do estruturalismo latino-americano; a crítica à teoria ricardiana das vantagens comparativas no comércio internacional; a percepção de que o mercado, não só na América Latina, mas, em geral, é uma entidade incapaz de se autorregular, o que torna inevitável e necessária a intervenção planejadora do Estado; a hipótese de que o subdesenvolvimento não é um estágio que todas as sociedades têm que percorrer no seu caminho para o desenvolvimento, mas um processo qualitativamente distinto da experiência dos países centrais e um produto necessário, tanto quanto o desenvolvimento, do processo de expansão da economia capitalista mundial; a percepção de que a heterogeneidade estrutural e o dualismo dos países dependentes e produtos da expansão europeia reproduzem também no plano doméstico a assimetria entre centro industrializado e periferia explorada, hiato capaz de pôr em risco a unidade de ação.

Tendo em vista brevemente algumas das principais características do pensamento de Furtado em relação a nossa condição estrutural que nos firma como nação subdesenvolvida pertencente a periferia do sistema capitalista, é importante pontuar a visão desse autor em relação a superação desse modelo de desenvolvimento desigual. Furtado compreendeu que apenas um projeto político trans-escalar, articulado e coordenado pelo Estado seria capaz de superar nossos gargalos estruturais. Apenas o Estado como indutor do desenvolvimento seria capaz de subordinar os interesses individuais – das elites – aos interesses regionais e nacionais coletivos, interesses esses que deveriam ser buscados

¹⁶ A dimensão comercial decorre das relações entre países centrais e periféricos resultante da divisão internacional do trabalho, conforme exposto anteriormente. A dimensão financeira se explica pela transferência de recursos em direção aos países centrais por meio do pagamento de royalties, das remessas de lucros das empresas multinacionais e do pagamento de elevado montante de juros (onerando pesadamente a balança de serviços). A dimensão tecnológica pode ser explicada pelo atrelamento dos países periféricos à tecnologia desenvolvida nos países centrais. Ou seja, além de não desenvolverem tecnologias próprias, os países periféricos acabam muitas vezes utilizando máquinas e equipamentos tecnologicamente já superados nos países centrais, pelo quais ainda pagam royalties por sua utilização (Brandão, 2008).

a médio e longo prazo através do planejamento de um desenvolvimento autônomo. Esse projeto deveria ser fundamentado numa clara compreensão da estrutura socioeconômica e espacial da região visando, assim, a superação da situação de dependência e exploração a que são submetidas as regiões periféricas. Trata-se da tentativa de encontrar resposta a múltiplas questões.

Pontuemos algumas dessas questões. Em primeiro lugar, apresentam-se as exigências de um processo de mundialização, imposto pela lógica dos mercados, que está na base da difusão da civilização industrial e no centro do sistema capitalista. Em segundo lugar, configuram-se os requerimentos de uma tecnologia que é fruto do desenvolvimento das economias centrais e industrializadas e que é alimentada conforme a necessidade desses mesmos países. Por fim, estão as especificidades das formas sociais mais aptas para operar essa tecnologia, ou seja, as formas de organização da produção e de incitação ao trabalho. A partir da constatação dessas questões, Furtado destaca a importância das macros decisões enquanto objeto de vontade política na transformação das estruturas regionais subdesenvolvidas. Para o arcabouço teórico de Furtado, mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção na medida em que comporta um elemento de intencionalidade.

Para Furtado, o sistema econômico – seja este local, regional ou mesmo nacional – significa a existência de dispositivos de coordenação e certa unidade de propósitos e comando. Nesse sistema incidem intervenções de centros de decisão, que representam a estrutura de poder e que respondem por ideais sociais, políticos e econômicos. Há, portanto, nesta estrutura, um quadro institucional e um poder regulador, fundado na coação e/ou consentimento, capaz de arbitrar os conflitos que se manifestam em torno da apropriação e da alocação dos escassos recursos. Consequentemente, o entendimento do comportamento dos agentes econômicos somente é possível através da análise de como estão arquitetadas as suas estruturas sociais.

Desta maneira, qualquer tentativa de superação do subdesenvolvimento deve estar assentada num projeto político, fundado em percuciente conhecimento da realidade e esposado por amplos segmentos sociais. Tal projeto político induzido pelo Estado desenvolvimentista deve visar o aumento do poder regulador das atividades econômicas como forma de colocá-las a serviço da satisfação das necessidades sociais legítimas da sociedade, e capaz de romper com o quadro de dependência estrutural de uma economia periférica.

Nesta construção, Furtado é enfático ao colocar que qualquer concepção de desenvolvimento não pode alienar-se de sua estrutura social, e nem tampouco a formulação de uma estratégia desenvolvimentista pode ser concebida sem preparação ideológica. Este processo deve estar ancorado à ideia de um projeto nacional que recupere o mercado interno como centro dinâmico da economia, reforme as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade e comprometem sua estabilidade, e

resista às forças que operam no sentido da desarticulação do sistema econômico nacional e que ameacem a unidade federativa: são peças de um desenvolvimento autônomo pautado nas demandas regionais, e não nas do centro do sistema capitalista que se submete a elite periférica.

Isto pressupõe o exercício de uma vontade política apoiada num amplo consenso social e num projeto nacional, tendo sempre em vista que o desenvolvimento econômico deve ser entendido como um processo dinâmico que transcende aspectos de natureza puramente econômica e alcança toda a estrutura de organização da sociedade, comportando sempre um elemento de invenção. É um processo autônomo, sustentado e civilizador, baseado no progresso tecnológico e manifesto numa estrutura de sociedade mais adiantada, englobando aspectos culturais, institucionais, sociais e econômicos.

Tal processo alarga os horizontes de possibilidades dos agentes e que conduzem a acumulação capitalista à criação de valores, bens e serviços que se difundem mais homoganeamente pela coletividade. Em última instância, o projeto de desenvolvimento deve contemplar a ampliação da liberdade em todas as esferas da vida e da sociedade.

3.1. A cultura no pensamento de Furtado

Embora a ênfase de Furtado na relação entre cultura e desenvolvimento tenha se acentuado a partir da década de 1970 – ganhando ainda mais destaque quando ele se torna ministro da Cultura no governo de José Sarney na década seguinte –, a sua preocupação com o vínculo entre cultura e economia – e, por extensão, o desenvolvimento – é muito anterior. Para esse autor, a cultura é parte indissociável na análise interdisciplinar do (sub)desenvolvimento brasileiro. Conforme já exposto, o subdesenvolvimento brasileiro origina-se de uma abordagem histórico-estrutural na qual não apenas é possível perceber os fortes laços entre cultura e economia, mas, também, com os conceitos de desenvolvimento, criatividade e dependência.

Nessa seção, focaremos na dimensão cultural. Em Furtado, a dimensão cultural, conforme explica Brandão (2008), pode ser demonstrada pela assimilação dos valores, hábitos, ideais e comportamentos dos países centrais por parte das populações e das elites dos países periféricos. São as camadas superiores que importam essa cultura mimética dos países centrais que causa um descompasso entre o consumo e a produção nacional, o que é verificado por Furtado pela discrepância entre esse padrão de consumo e a renda per capita brasileira. É notável que esse modelo de desenvolvimento – o subdesenvolvimento brasileiro – gera, além da dependência tecnológica, uma dependência cultural muito importante. Em detrimento da valorização da cultura nacional, há uma absorção desproporcional da cultura dos países centrais, alimentada pelo excedente econômico gerado pela economia de

exportação. A importância da cultura, se deve, portanto, em como essa é impactada e pode impactar a lógica socioeconômica do país¹⁷.

Tendo a cultura um espaço tão relevante na teoria furtadiana, torna-se necessário demonstrar o que significava a esfera cultural para esse autor. A invenção, a criatividade e a identidade de uma sociedade. Contudo, para compreender a importância da dimensão cultura para Furtado, nota-se que a palavra-chave para esse autor é a “criatividade”. É nesse conceito que se apoia a sua admiração pela tragédia ática, pela historiografia de Heródoto, pela filosofia dos pré-socráticos, pela escavação moral e religiosa dos hindus, em suma, pela ciência, pela arte e pela filosofia criadas em sociedades de baixo excedente econômico (Furtado, 2008, p. 23). Pode-se dizer que o reconhecimento da criatividade como pré-requisito da inventividade humana faz de Furtado um precursor de autores que se consagraram internacionalmente décadas depois como grandes especialistas em inovação, entre os quais Porter (1989) e Christensen (2001), ou mesmo da Economia Criativa, uma nova linha de pesquisa que surgiu no final do século XX e início do século XXI,

Nessa perspectiva, explica Furtado (2008, p. 112):

A gama maravilhosa de culturas que já surgiram sobre a Terra testemunha o fabuloso potencial de inventividade do homem. Se algo sabemos do processo de criatividade cultural, é exatamente que as potencialidades do homem são insondáveis: em níveis de acumulação que hoje nos parecem extremamente baixos produziram-se civilizações que, em muitos aspectos, não foram superadas. (FURTADO, 2008, p. 112)

Frente a tamanha admiração pelas genuínas manifestações culturais decorrentes da criatividade humana, não é motivo de surpresa a decepção manifesta por Furtado em obras mais recentes diante da homogeneização cultural representada pelo predomínio dos padrões de consumo – moda, música, costumes e hábitos – típicos de populações de nações desenvolvidas ocidentais, em especial da norte-americana, por parte das populações dos países subdesenvolvidos.

A cultura mimética das elites dos países subdesenvolvidos cria uma engrenagem desigual em descompasso com a realidade da população em geral, e, para além da concentração da renda como um dos gargalos estruturais do Brasil, a apropriação dos modos de vida e apreciação culturais estrangeiros sufocam a criatividade e a potencialidade cultural de toda uma sociedade que teria muito a desenvolver. A imposição cultural de uma ínfima elite abastada em detrimento de uma inventividade

¹⁷ A cultura, em Furtado, é vista como modo de vida: a cultura no sentido antropológico do termo. Dessa forma, o autor argumenta que os processos econômicos deveriam incorporar a cultura nesse sentido. Vale ressaltar que a obra de Celso Furtado indica uma percepção de que a sociedade estava enfrentando um processo de mudança social e a cultura, nesse quadro, também deveria ser reposicionada como parte estruturante do processo – tendo em vista o recorte histórico pós-segunda guerra, momento em que Furtado é um dos principais expoentes do estruturalismo econômico associado ao pensamento cepalino.

genuína de um povo é um dos impedimentos de um projeto autônomo de desenvolvimento de uma nação. Essa é uma das principais lições que podemos resgatar da obra de Celso Furtado.

Por fim, julgamos mais do que oportuno mencionar o alerta feito por Furtado diante dos desafios impostos pelo vertiginoso ritmo das mudanças que caracteriza a economia globalizada. Na fase em que nos encontramos, de explosão dos meios de comunicação, o processo de globalização cultural terá que ser cada vez mais rápido nos levando a crer que estamos fechando o ciclo que se abriu no século XVI. Todos os povos lutam para ter acesso ao patrimônio cultural comum da humanidade, o qual se enriquece permanentemente. Resta saber quais serão os povos que continuarão a contribuir para esse enriquecimento e quais aqueles que serão relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados. Ter ou não ter direito à criatividade, eis a questão (Furtado, 1984, p. 25).

4. Convergência entre o Institucionalismo Vebleniano e o Estruturalismo Latino-Americano Furtadiano

Tendo em vista a breve síntese de ambos os arcabouços teóricos, é notável a aproximação de algumas das ideias veblenianas na teoria furtadiana. Antes de tudo, nota-se a recusa do *mainstream* econômico em ambos os autores. De imediato, a interdisciplinaridade incorporada à visão desses autores demonstra que as ideias do institucionalismo de Veblen e o estruturalismo de Furtado rompem a esfera ortodoxa do pensamento econômico. Mas é preciso ir além. A fixação pela racionalidade e pela maximização utilitarista é negada em ambas as teorias, uma vez que a acumulação de capital é traduzida em consumo conspícuo e mimético por uma classe que tem o poder de influenciar e estabelecer a estrutura produtiva, como é o caso das economias periféricas. Recusa-se a adoção do individualismo metodológico, já que os indivíduos, em ambas as teorias, estão conectados por bases culturais e a escolha individual não é soberana e tampouco maximizadora, sendo o indivíduo, portanto, não racional nos termos que define a escola neoclássica tradicional.

Focando no nosso objeto de estudo principal, para argumentarmos sobre o elo mais importante entre as teorias na nossa visão, devemos começar alegando que a relação entre as teorias de Veblen e Furtado está especialmente nos interesses das classes superiores. Esses interesses tornam-se a engrenagem do funcionamento das sociedades – seja pelos hábitos de pensamento cristalizados nas instituições que balizam a dinâmica socioeconômica através do modo de vida estabelecido por essas classes (face mais notável disso é o consumo conspícuo), seja pelo estabelecimento do (sub)desenvolvimento de uma região. Dessa forma, é possível dizer que a inclusão do aspecto cultural em ambas as teorias aponta uma interdisciplinaridade crucial para a análise dos fenômenos econômicos.

A partir do momento em que admitimos que a acumulação de capital é influenciada pelos aspectos socioculturais da sociedade, da forma como foi nas regiões periféricas – através da dinâmica do consumo mimético das elites – enxergamos os entraves do processo de desenvolvimento dessas regiões. Veblen já nos havia alertado que o consumo conspícuo da classe ociosa estabelecia os valores na sociedade, e a demonstração de riqueza era tida como principal expressão das classes abastadas – principalmente daquelas que demonstram uma recusa pelo trabalho produtivo. Os hábitos de pensamento, cristalizados nas instituições, são forjados a partir dos interesses dessa elite, perpetuando esse modo de vida. Tendo isso em vista, é possível presumir que a valorização do consumo conspícuo é observada em Furtado a partir do consumo mimético das elites periféricas.

Em ambos os autores, há a percepção do papel de bloqueio que os hábitos de pensamento das classes ociosas – voltadas para o consumo conspícuo e o gasto de energia não produtivo – produz em relação ao potencial produtivo à disposição da sociedade. Tanto em Veblen como em Furtado, as elites que controlam e moldam a sociedade se colocam como obstáculos ao desenvolvimento pleno dos homens, expressando, com toda a força do seu poder pecuniário, um modo “caduco” de organizar a criatividade humana.

Sendo assim, podemos observar nesses autores que a expressão cultural de uma sociedade passa pelos símbolos de sua elite, e, nessas teorias, o consumo tem um papel chave. Como demonstração de poder e riqueza, o consumo aparece como principal retrato das classes abastadas. A valorização da ostentação da riqueza aponta como o consumo imitativo das elites periféricas às elites centrais reproduziu essa ostentação estruturando suas economias em detrimento de uma produção criativa nacional, comprometendo qualquer projeto autônomo de desenvolvimento. Como o status social é de grande importância para essa elite mimética, a tecnologia necessária para a reprodução desse consumo demanda cada vez maiores dotações de capital, estabelecendo a dependência e o subdesenvolvimento dessas regiões. Em suma, a importância do consumo conspícuo da classe ociosa da sociedade de Veblen é imitado por elites periféricas determinando um padrão de desenvolvimento nos países pobres – como é mostrado na obra de Furtado.

5. Considerações Finais

Sendo duas teorias importantes nos campos econômico e social, o institucionalismo vebleniano e o estruturalismo cepalino apontam conexões e abordagens semelhantes. Este estudo procurou atrelar possíveis pontos de aproximação da abordagem de Celso Furtado, sobre o estruturalismo latino-americano, e das ideias de Thorstein Veblen, um dos primeiros autores da corrente institucionalista e sua teoria de consumo.

Para isso, de um lado, recuperou-se alguns conceitos centrais do estruturalismo latino-americano, realçando as especificidades de países periféricos no contexto da dinâmica centro-periferia, tendo como foco os conceitos e a leitura do processo de desenvolvimento econômico de Furtado e a dinâmica de consumo e produção das elites periféricas. De outro lado, buscou-se nas ideias veblenianas as principais ideias acerca do consumo conspicuo e da dinâmica socioeconômica das sociedades retratadas por Veblen. Procuramos apontar conexões promissoras entre as abordagens, destacando o consumo e seu impacto no desenvolvimento, como um processo específico que transforma a estrutura produtiva e promove transformações econômicas, institucionais, políticas e sociais.

Por isso, sintetizou-se a abordagem de Veblen para permitir identificar os determinantes de ligação. Dessa forma, foram resumidos alguns pontos relevantes das contribuições da teoria do consumo conspicuo vebleniano e do consumo mimético de Furtado, ambas orbitando em uma classe abastada que tem o poder influenciar e estabelecer o modo de vida da sociedade e a estrutura produtiva – no caso da periferia capitalista. Conclui-se que a abordagem furtadiana sobre consumo mimético das elites periféricas bebeu da fonte do arcabouço teórico de Veblen, uma vez que é possível entender que o consumo das classes abastadas molda as engrenagens socioeconômicas das sociedades, causando gargalos estruturais, como é o caso do Brasil.

6. Referências

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRANDÃO, G. M. O peregrino da ordem do desenvolvimento. In.: LIMA, M. C.; DAVID, M. D. (orgs.). **A atualidade do pensamento de Celso Furtado**. São Paulo: Francis, 2008.

CAVALCANTE, C. M. A Economia Institucional e as três dimensões das instituições. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 373-392, set-dez/2014.

CEPAL. **Mudança estrutural para a igualdade**: uma visão integrada do desenvolvimento, Síntese, 34°. Período de Sessões da Cepal. San Salvador, 2012.

CEPÊDA, Vera Alves. Celso Furtado e a interpretação do subdesenvolvimento. Em LIMA, Marcos Costa; DAVID, Maurício Dias (orgs.). **A atualidade do pensamento de Celso Furtado**. São Paulo: Francis, 2008, pp. 43-63.

FURTADO, C. **A Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora A Noite. 1954.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. 1961.

FURTADO, C. **Entre o Inconformismo e o Reformismo**. *Revista de Economia Política*, v. 9, nº 4. outubro-dezembro de 1989.

- FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1966.
- FURTADO, C. **Um Projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga. 1968.
- FURTADO, C. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editor. 1969.
- FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1974.
- FURTADO, C. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1998.
- FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- GUEDES, S. **Lei e ordem econômica no pensamento de John R. Commons**. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 2 (131), pp. 281-297, abril-junho/2013
- LANGLOIS, R. **Rationality, Institutions, and Explanations**. London: Routledge. Economics as Process: Essays. In: The New Institutional Economics. Cambridge: Cambridge University Press. 1998.
- MACHADO, L. A. Celso Furtado: 100 anos. **Espaço Democrático**. jul. 2020.
- NELSON, R., WINTER, S. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1982.
- ROSTOW, W. W. **The Stages of Economic Growth, a Non-Communist Manifesto**. Cambridge: University Press, 1960.
- SZMRECSÁNYI, T. Celso Furtado. Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo II. **ESTUDOS AVANÇADOS**, v. 15 n. 43, dez. 2001 <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300025>
- VEBLLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa** – Um estudo econômico das instituições. Trad. Olívia Krähe bühl. São Paulo: Atica, 1974.
- VEBLLEN, T. **Why is Economics not an Evolutionary Science?** The Quartely Journal of Economics, v. 12, n. 4, julho. Oxford University Press. 1898.